



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Plantão - TJRS

Email: no-reply-eproc@tjrs.jus.br

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5325442-68.2025.8.21.0001/RS

IMPETRANTE: J.E. - ZELADORIA E PORTARIA LTDA

IMPETRADO: AGENTE - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PORTO ALEGRE

IMPETRADO: EDUARDO BETIO

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por TALENTUS INTELIGÊNCIA EM RH E TERCEIRIZAÇÃO LTDA. contra ato praticado pelo Sr. Agente de contratação da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - Setor de Compras, Sr. Eduardo Bettio, que inabilitou a impetrante em sessão de dispensa eletrônica de licitação referente ao Edital 9298/2025, vinculado ao processo 25/2000-0126246-6.

A impetrante alega que, após ter sido classificada em primeiro lugar na etapa de lances e ter sua proposta aceita, foi inabilitada sob a alegação de que não teria comprovado capacidade técnica adequada conforme exigido no edital. Sustenta que a decisão de inabilitação é nula por falta de fundamentação válida, pois o atestado de capacidade técnica emitido pela Construtora e Incorporadora Niterói foi desconsiderado sob o equivocado entendimento de que se trataria de contrato de empreitada, quando na verdade é um contrato de terceirização de mão de obra continuada.

Em emenda à inicial (Evento 7), a impetrante retificou seus pedidos, requerendo: a) a suspensão dos efeitos da decisão que a inabilitou, com o prosseguimento dos atos da sessão de disputa eletrônica, considerando válido o atestado fornecido pela Construtora e Incorporadora Niterói; ou b) subsidiariamente, a suspensão da sessão de disputa eletrônica até o julgamento final da ação.

É o breve relatório. Decido.

Para a concessão da liminar em mandado de segurança, devem estar presentes os requisitos do art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009: a relevância dos fundamentos (*fumus boni iuris*) e o perigo de ineficácia da medida caso concedida apenas ao final (*periculum in mora*).

No caso em análise, verifico a presença de ambos os requisitos.

O *fumus boni iuris* está evidenciado pela análise do contrato que deu origem ao atestado de capacidade técnica (Evento 1, ANEXO6), que demonstra características típicas de contrato de terceirização de mão de obra: prazo indeterminado, remuneração mensal fixa e obrigações de gestão de pessoal. Não há no contrato elementos que caracterizem uma empreitada, como descrição detalhada de obra específica ou pagamento vinculado a resultado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Plantão - TJRS

Ademais, o mesmo atestado foi aceito em outros certames licitatórios do Estado do Rio Grande do Sul (Editais 9320/2025, 9399/2025 e 9401/2025), conforme documentação juntada no Evento 1, ANEXO12, o que indica inconsistência na atuação administrativa.

O periculum in mora está presente, pois o prosseguimento do procedimento licitatório com a impetrante inabilitada poderá resultar na contratação de outra empresa, gerando prejuízos de difícil reparação.

Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR formulado no item "a" da emenda à inicial (Evento 7) para:

1) Suspender os efeitos da decisão que inabilitou a impetrante TALENTUS INTELIGÊNCIA EM RH E TERCEIRIZAÇÃO LTDA. no certame referente ao Edital 9298/2025;

2) Determinar o prosseguimento dos atos da sessão de disputa eletrônica vinculada ao Edital 9298/2025, considerando válido o atestado fornecido pela empresa Construtora e Incorporadora Niterói para fins de comprovação da capacidade técnica exigida.

Notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da inicial e desta decisão, para que preste informações no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009.

Dê-se ciência do processo ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009).

Após, ao Ministério Público para parecer.

Intimem-se. Cumpra-se com urgência.

Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI DEOLINDO, Juiz de Direito**, em 29/12/2025, às 17:27:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10097759994v3** e o código CRC **106f159e**.

5325442-68.2025.8.21.0001

10097759994.V3